Horácio Augusto Mendes de Sousa

ESTADO ADMINISTRATIVO PROPULSOR

desafios jurídico-organizacionais para a efetividade do fomento à ciência, à tecnologia, à inovação e à digitalização

Editora CEEJ
DIMINUINDO DISTÂNCIAS ENTRE ACADEMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS



www.ceej.com.br

Editores

André Saddy e Pedro Luiz Ferreira de Almeida

Conselho Editorial

André Saddy – Universidade Federal Fluminense (Brasil)
Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo - Escola de Direito do RJ da Fundação Getulio Vargas (Brasil)
Christian Alberto Cao – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Claudia Ribeiro Pereira Nunes – Yale University (Estados Unidos da América)
Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva – Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)
Daniel Wunder Hachem – Universidade Federal do Paraná (Brasil)
Irene Patrícia Nohara – Universidade Presbiteriana Mackenzie (Brasil)
João Miranda – Universidade de Lisboa (Portugal)
José Eugenio Soriano García – Universidad Complutense de Madrid (Espanha)
José Sérgio da Silva Cristóvam – Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)
Julián Pimiento Echeverri – Universidad Externado de Colombia (Colombia)
Orlando Vignolo Cueva – Universidad de Piura (Perú)
Pablo Schiavi – Universidad de la República / Universidad de Montevideo (Uruguai)
Reinaldo Funes Monzote – Universidad de Havana (Cuba)
Rodrigo Ferrés Rubio – Universidad Católica del Uruguay (Uruguai)

Sede: Rua Alcindo Guanabara n.º 24, sala 1405, Rio de Janeiro, RJ, Centro da Cidade, CEP 20.031-915, Brasil

HORÁCIO AUGUSTO MENDES DE SOUSA

ESTADO ADMINISTRATIVO PROPULSOR:
desafios jurídico-organizacionais para a efetividade do fomento à ciência, à tecnologia, à inovação e à digitalização

Rio de Janeiro
2026

Copyright © 2026 by Horácio Augusto Mendes de Sousa

Categoria: Direito Administrativo

Produção Editorial
Centro para Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ)

Diagramação: Centro para Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ)

Capa: Júlia Ferreira de Almeida

O Centro para Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ) não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra pelo seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados ao
Centro para Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ)

Impresso pela Bok2
Catalogação: Daniele Alvarenga CRB7: 6873/RJ

Sousa, Horácio Augusto Mendes de

Estado Administrativo Propulsor: desafios jurídico-organizacionais para a efetividade do fomento à ciência, à tecnologia, à inovação e à digitalização / Horácio Augusto Mendes de Sousa. - Rio de Janeiro: CEEJ, 2026.

240 p.
ISBN: 978-65-6175-020-2

Inclui notas e referências.

1. Direito digital - Brasil 2. Estado democrático de direito. 3. Fomento público – Brasil. 4. Regulação jurídica. I. Título. II. Série.

CDD – 340.3211

AGRADECIMENTOS

A conclusão do presente trabalho só foi possível pela amizade, generosidade, ensinamentos, ajudas e dedicação de muitas pessoas ao longo da minha jornada.

A Deus e à minha família, simplesmente por tudo.

Ao Professor Doutor Adriano Sant'Ana Pedra, meu orientador no Doutorado, exemplo de conduta profissional e pessoal. Gratidão por todos os generosos e ricos ensinamentos nessa jornada acadêmica.

Aos Professores Doutores Adriano Sant'Ana Pedra, Daury Cesar Fabriz, Nelson Camatta Moreira e Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins, pela generosidade dos ensinamentos ministrados durante a qualificação da minha tese de Doutorado.

Aos Professores Doutores Daury Cesar Fabriz, Nelson Camatta Moreira (Faculdade de Direito de Vitória - FDV), Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins (Universidade Federal da Bahia - UFBA), Licínio Lopes Martins e Dulce Lopes (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - FDUC), pela generosidade dos ensinamentos ministrados durante a defesa da minha tese de Doutorado.

À Professora Doutora Elda Coelho de Azevedo Bussinguer, que me abriu as portas do Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, me acolheu, me ajudou e me ensinou, com a sua dedicação e seus exemplos, sobre o Direito e sobre a Vida, mas, sobretudo, por me permitir a dádiva de compartilhar da sua amizade, cujos laços fraternais e acadêmicos nasceram e se fortaleceram durante a crise pandêmica mundial do Coronavírus.

Aos Senhores Professores Doutores Elda Coelho de Azevedo Bussinguer, Adriano Sant'Ana Pedra, Daury Cesar Fabriz, João Maurício Adeodato (in memoriam), Alexandre de Castro Coura, José Luis Bolzan de Morais e César Albenes de Mendonça Cruz, por todos os valiosos ensinamentos durante o Doutorado.

Aos Senhores Professores Doutores do Doutoramento em Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em especial, Licínio Lopes Martins, Dulce Lopes, Ana Raquel Gonçalves Moniz, Fernanda Paula Oliveira, Alexandra Aragão, João Nogueira de Almeida, Francisco António de M. L. Ferreira de Almeida e António Eduardo Baltar Malheiro de

Magalhães, pelo acolhimento e imensos ensinamentos nessa jornada acadêmica.

Aos Senhores Professores Doutores de ontem, de hoje e de sempre Diogo de Figueiredo Moreira Neto (in memoriam), Marcos Juruena Villela Souto (in memoriam) e Carla Izolda Fiuza Costa Marshall, pessoas de bem e juristas disruptivos, quando esse termo ainda nem era moda, por toda a amizade, ajuda e ensinamentos na minha trajetória acadêmica e profissional, desde a graduação até o Mestrado.

Aos amigos de ontem, de hoje e de sempre, que nem o tempo e tampouco a distância física são capazes de apagar o sentimento de gratidão por todas as ajudas e ensinamentos na minha jornada profissional e acadêmica, Paolo Henrique Spilotros Costa, Flávio de Araújo Willeman, Marianna Montebello Willeman, Renato Eduardo Ventura, André Saddy, Adelma Cavalcanti Borges e Sara Jane Leite de Farias.

A todos os amigos e amigas que fiz durante o Doutorado, nas pessoas dos Professores Doutores Rodrigo Santos Neves, João Bernardo Guedes, Marcelo Lemos Vieira, Rodrigo Reis Cyrino, Helliene Soares Carvalho e Karina Debortoli, pela amizade fraternal e parceria acadêmica construída no Doutorado.

À Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, minha casa há mais duas décadas, que me oportunizou cursar o Doutorado, nas pessoas do então Excelentíssimo Procurador Geral do Estado, Dr. Jasson Hibner Amaral, Dr. Iuri Carlyle do Amaral Almeida Madruga, atual Procurador Geral do Estado, Drs. Maira Campana Souto Gama, Lívio Oliveira Ramalho, Luciana Merçon Vieira, Katiuska Mara Oliveira Zampier, Katia Boina, Roberta Ponzo Nogueira, Pericles Ferreira de Almeida, Thiago Alves de Figueiredo, Mariana Cabas e Biccas Braga, Evandro Maciel Barbosa, Leandro Mello Ferreira, Ana Maria Carvalho Lauff, José Fernando Vescovi, Rodrigo Marques de Abreu Júdice, Thiago Castro Chiabai e Anderson Pedra, Ilustres Procuradoras e Procuradores do Estado, com efetiva contribuição pessoal e profissional para as minhas reflexões, no âmbito da inovadora Procuradoria de Projetos Estratégicos, sobre os desafios da administração dos interesses públicos no Estado do Espírito Santo, a partir dos olhares da Advocacia Pública do Estado.

À Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, nas pessoas dos Drs. Alexandre Nogueira Alves e Érico de Carvalho Pimentel,

por me proporcionarem a oportunidade do magistério e o amplo acesso a esse laboratório jurídico de inovação na Advocacia Pública do Estado, onde boa parte das ideias aqui expostas nasceram e se desenvolveram, a partir de reflexões dentro e fora de sala de aula.

À Gerência Administrativa da Procuradoria Geral do Estado, na pessoa da competente e Ilustre Procuradora do Estado, Dra. Kamila DeLa Fuente, por todo o apoio operacional nessa jornada. Aos eficientes, dedicados e valorosos servidores públicos da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, em nome das competentes Hannah Chicralla Alvarez, Rachel Boerboon de Oliveira Gouvea, Ingrid Lopes Evaristo Duarte Mendes, Marceli Stelzer Mondoni, Giselly Santana de Almeida, Kauanna Mikelle, Eliza Martins Silva, Francine Kampff Pimentel, Maria de Lourdes Starling Abdalla, Michele Ramos Pedroni, Jamily da Silva Borgahrdt, Tamires Negrelli Bruno, Roberta Beatriz Teodoro Rosa e Paulo Sérgio de Souza, a minha gratidão por todo o assessoramento e apoio, administrativo e operacional, durante o Doutorado.

Aos funcionários do Programa de Doutorado da Faculdade de Direito de Vitória, em nome da eficiente Dirlene Dutra, pela atenção e paciência no atendimento às questões relacionadas a secretaria do Curso.

Por fim, mas não menos relevante, o meu agradecimento aos Editores Professores Dr. André Saddy e Me. Pedro Luiz Ferreira de Almeida, pelo competente acolhimento da presente obra na Editora Centro de Estudos Empírico-Jurídicos.

A todos, o meu muito obrigado!

Setembro de 2026.

Horácio Augusto Mendes de Sousa

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABSTARTUPS - Associação Brasileira de Startups
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CI - Câmara de Inovação
CESAN - Companhia Espírito-santense de Saneamento
CICS - Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPSI - Contrato Público para Solução Inovadora
ENI - Estratégia Nacional de Inovação
FAP - Fundação de Amparo à Pesquisa
FAPES - Fundação de Amparo à Pesquisa e à Inovação do Espírito Santo
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ICT - Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LDO - Lei de diretrizes orçamentárias
LOA - Lei orçamentária anual
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MGISP - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica
PIB - Produto Interno Bruto
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano
PPA - Lei do plano plurianual
SIGFOR - Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Governo Federal
STF - Supremo Tribunal Federal
STJ - Superior Tribunal de Justiça
SUS - Sistema Único de Saúde
SUS DIGITAL - Sistema Único de Saúde Digital
TCU - Tribunal de Contas da União
UE - União Europeia

SOBRE O AUTOR

Horácio Augusto Mendes de Sousa é Doutor em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV); Doutorando em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC); Mestre em Direito Empresarial pela Universidade Candido Mendes (UCAM); Especialista em Economia e Direito do Consumidor pela Universidad Castilla La Mancha – Espanha; Membro do grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direito Administrativo Contemporâneo (GDAC/UFF/PPGDC); Professor de Direito Administrativo, Constitucional e Econômico da Pós-Graduação da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (ESPGE) e da Pós-Graduação em Direito Sanitário do Instituto Capixaba de Pesquisa, Ensino e Inovação em Saúde do Estado do Espírito Santo (ICEPI-ES); Procurador do Estado do Espírito Santo, Advogado, Consultor e Parecerista. Ciência IDD01C-FE89-8357. http://lattes.cnpq.br/7726563619355607. https://orcid.org/0000-0001-7912-0934. Endereço Eletrônico: horacio.augusto.sousa@gmail.com

OBRAS DO AUTOR

Livros:

1. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Estado Regulador-Desenvolvimentista: desafios jurídico-institucionais para a efetividade do direito fundamental ao desenvolvimento sustentável multidimensional. Rio de Janeiro: Ed. Centro de Estudos Empírico-Jurídicos, 2025.
2. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Estado digital: mutações, crises e desafios jurídico-societais. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Empírico Jurídicos, 2025.
3. SADDY, André; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de e RODOR, Fernanda Medeiros e Ribeiro. Direito Público das Startups: uma nova governança público-privada nas parcerias administrativas entre o Estado e as entidades de tecnologia e inovação. 2 ed., Rio de Janeiro: Centro de Estudos Empírico Jurídicos, 2021.
4. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Manual de Técnica de Parecer Jurídico. 2 ed., Salvador: *Jus Podivm*, 2012.
5. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Temas de Licitações e Contratações da Administração Pública. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, ano 2008.
6. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Regulação Jurídica do Transporte Rodoviário de Passageiros. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, ano 2003.

Coordenação de livros coletivos:

1. SOUSA, Diana Brandão Maia Mendes de; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de; NEVES, Rodrigo Santos (Org.). Regime jurídico do teletrabalho na administração pública: novos rumos para o governo digital. Rio de Janeiro: CEEJ, 2023.
2. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de; FRAGA, Henrique Rocha (Coord.). Novas tendências do direito municipal contemporâneo. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

Capítulos de livros:

1. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A função estratégica da autorização de exploração de jogos de apostas de quota fixa. Apostas de quotas fixas (bets) e Direito Administrativo. SADDY, André (coord.). Rio de Janeiro: Editora Centro de Estudos Empírico-Jurídicos, 2026, pp. 211-236.
2. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Os contratos inteligentes como contratações públicas estratégicas. Contratos Inteligentes e Blockchain na Administração Pública. SADDY, André (Coordenador). Rio de Janeiro: Centro para Estudos Empírico-Jurídicos – CEEJ, 2026, pp. 221-246.
3. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Parcerias contratuais entre o Estado e as startups para o desenvolvimento de tecnologias e inovações para os serviços públicos de saúde. Direito Administrativo Contemporâneo: estudos em homenagem ao Professor André Saddy. Isabella Macedo Torres; Pedro Luiz Ferreira de Almeida; Raphael Lobato Collet Janny Teixeira; Rafael Lucas da Silva Santos; Alexandre Costeira Frazão (Organizadores). Rio de Janeiro: Ed. Centro de Estudos Empírico-Jurídicos, 2025, pp. 553-568.
4. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Parcerias contratuais entre o Estado e as startups para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras para as cidades inteligentes. Direito Administrativo e Smart Cities. SADDY, André (org). Rio de Janeiro: CEEJ, 2025, pp. 483-498.
5. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Parcerias contratuais entre o Estado e as startups para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras para a medicina diagnóstica. Medicina Diagnóstica e Direito Administrativo. SADDY, André (org). Rio de Janeiro: CEEJ, 2025, pp. 221-246.
6. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. O dever fundamental de eficiência das startups nas contratações públicas tecnológico-inovadoras. Deveres fundamentais na Constituição Brasileira: estudos em homenagem ao professor José Casalta Nabais. Organização Ingo Wolfgang Sarlet, Daury Cesar Fabriz, Marco Antônio Preis. Londrina, PR: Thoth, 2025, pp. 195-211.

7. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A contratação pública de startups para a realização do objetivo de desenvolvimento sustentável nº 16 da Organização das Nações Unidas: estudo de caso no âmbito do Estado do Espírito Santo. Anais de Artigos Completos do VIII CIDH-Coimbra 2023. Volume 10, César Augusto R. Nunes et. al. (orgs.) [et al.] – Campinas/Jundiaí: Brasílica Edições Brasil, 2024, pp. 73-85.
8. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de; SOUSA, Diana Brandão Maia Mendes de. A ordem econômica na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: de onde viemos e aonde queremos chegar. *In*: SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes; FABRIZ, Daury Cesar; SIQUEIRA, Julio Homem de (Coord.). Constituição Brasileira: constitucionalismo, democracia e regime político. Belo Horizonte: Fórum, 2024.
9. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Parcerias contratuais entre o Estado e as *startups* para o desenvolvimento de tecnologias e inovações para a eficiência na gestão de parques públicos verdes. Regime jurídico-administrativo das praças, jardins e parques públicos naturais. SADDY, André (org). Rio de Janeiro: CEEJ, 2024, pp. 523-558.
10. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Parcerias contratuais entre o estado e as startups para o desenvolvimento de tecnologias e inovações para a bioeconomia. Economia de baixo carbono, Bioeconomia e Direito Administrativo. André Saddy (org.). CEEJ: Rio de Janeiro, 2024, pp. 479-506.
11. BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo; SOUSA, Diana Brandão Maia Mendes de SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Dignidade íntima, políticas públicas e o direito fundamental à saúde e à educação de jovens em idade menstrual: uma proposta normativa para estados e municípios. Saúde coletiva: temas emergentes e análises transdisciplinares. Francis Sodré, Maria Angélica Carvalho Andrade, Pablo Cardozo Roccon (organizadores). Vitória: EDUFES, 2023, pp. 342-364.
12. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de; SOUSA, Diana Brandão Maia Mendes de. O teletrabalho na gestão pública e a inclusão da pessoa com deficiência. SOUSA, Diana Brandão Maia Mendes de; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de; NEVES, Rodrigo Santos (Org.). Regime

jurídico do teletrabalho na administração pública: novos rumos para o governo digital. Rio de Janeiro: CEEJ, 2023, pp. 97-119.

13. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de; PIMENTEL, Francine Kampff e SILVA, Eliza Martins. O marco jurídico do teletrabalho na administração pública: estudo de caso do Estado do Espírito Santo. SOUSA, Diana Brandão Maia Mendes de; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de; NEVES, Rodrigo Santos (Org.). Regime jurídico do teletrabalho na administração pública: novos rumos para o governo digital. Rio de Janeiro: CEEJ, 2023, pp. 139-172.
14. AMARAL, Jasson Hibner; MADRUGA, Iuri Carlyle do Amaral; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de e PIMENTEL, Érico de Carvalho. Advocacia Pública e teletrabalho na era do governo digital. SOUSA, Diana Brandão Maia Mendes de; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de; NEVES, Rodrigo Santos (Org.). Regime jurídico do teletrabalho na administração pública: novos rumos para o governo digital. Rio de Janeiro: CEEJ, 2023, pp. 177-197.
15. SOUSA, Diana Brandão Maia Mendes de; VIVACQUA, Marcelo e SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Inovação na gestão da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos do Estado do Espírito Santo. SOUSA, Diana Brandão Maia Mendes de; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de; NEVES, Rodrigo Santos (Org.). Regime jurídico do teletrabalho na administração pública: novos rumos para o governo digital. Rio de Janeiro: CEEJ, 2023, pp. 255-276.
16. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Parcerias público-privadas do Estado para o desenvolvimento de tecnologias voltadas à geração de energia fotovoltaica em bens públicos imóveis e a contratação de startups. Energia solar e geração distribuída: microgeração e minigeração. André Saddy (org.). CEEJ: Rio de Janeiro, 2023, pp. 515-537.
17. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Parcerias administrativas contratuais com empresas de tecnologia (startups) para além da Europa: uma análise de juridicidade do guia para a década digital da União Europeia na perspectiva do direito administrativo cosmopolita. Direito Administrativo Cosmopolita. SADDY, André (org.), Rio de Janeiro: CEEJ, 2023, pp. 99-121.

18. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A crise de eficiência do Estado-administrador do século XXI: superação a partir da contratação pública para a inovação. Construção interdisciplinar da sustentabilidade: fragmentos do ODS16 pelo olhar da Universidade. Isabel Maria Freitas Valente & Alexandra Aragão (org.). Salvador: Editora Mente Aberta, 2023, pp. 141-198.
19. AMARAL, Jasson Hibner; MADRUGA, Iuri Carlyle do Amaral; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A Nova Lei de Licitações e Contratações Públicas e o exame da sua aplicação às parcerias contratuais do Estado com as *startups*. *In*: PRUDENTE, Juliana Pereira Diniz; MEDEIROS, Fábio Andrade; COSTA, Ivanildo Silva da. Nova Lei de Licitações sob a ótica da Advocacia Pública: reflexões temáticas. Belo Horizonte: Fórum, 2022. pp. 61-78.
20. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. O teletrabalho como instrumento de promoção da igualdade de gênero no acesso às funções públicas. Anais de Artigos Completos do VII CIDH Coimbra 2022. César Augusto R. Nunes et. al. (org.) [et al.]. Jundiaí: Brasílica Edições, -Volume 6, 2023, pp. 134-145.
21. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Aspectos jurídicos das parcerias contratuais entre o Estado e as startups para o fomento ao desenvolvimento de tecnologias e inovações de interesse público a partir do uso da inteligência artificial. Inteligência artificial e direito administrativo. André Saddy (coordenador). Rio de Janeiro: CEEJ, 2022, pp. 419-440.
22. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Aspectos jurídicos da parceria contratual entre os Municípios e as startups para o aumento da eficiência dos serviços públicos funerários. Serviços públicos cemiteriais e funerários. André Saddy (coordenador). Rio de Janeiro: CEEJ, 2022, pp. 255-275.
23. SADDY, André; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. O laboratório de inovação como instrumento de estímulo público às parcerias contratuais entre o estado e as *startups. In*: MOTTA, Fabrício; VALLE, Vanice Regina Lírio do (Coords.). Governo digital e a busca por inovação na Administração Pública: A Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Belo Horizonte: Fórum, 2022, pp. 203-220.

24. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo e SOUSA, Diana B. Maia M. de. A licitação e a contratação pública como instrumentos para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher: uma proposta normativa para estados e municípios. NOGUEIRA, Humberto; ALVITES, Elena, SCHIER, Paulo; SARLET, Ingo W. (Orgs). Direitos Fundamentais e Democracia: novas abordagens na perspectiva Interamericana. Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2022, pp. 219-242.
25. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. As parcerias contratuais com as *startups* como instrumentos para a inovação tecnológica nos serviços públicos notariais e registrais. Direito notarial e registral: temas contemporâneos. CYRINO, Rodrigo; Reis, BITTENCOURT, Bruno B. NEVES, Rodrigo Santos; FABRIZ, Daury Cesar e PEDRA, Adriano Sant'Ana (org.). Curitiba: Íthala, 2022, pp. 185-202.
26. BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo e SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Vida e morte diante do inimigo invisível: exame da constitucionalidade dos protocolos de escolha dos pacientes do Coronavírus que terão preferências em leitos escassos, à luz dos direitos fundamentais à vida e à saúde. Direitos fundamentais na perspectiva da democracia interamericana. ALVITES, Elena; POMPEU, Gina Marcilio; SARLET, Ingo Wolfgang. (Orgs). Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2021, pp. 397-424. Disponível em: <https://www.fundarfenix.com.br>.
27. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo e SOUSA, Diana B. Maia M. de. A licitação e a contratação pública como instrumentos para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher: uma proposta normativa para estados e municípios. NOGUEIRA, Humberto; ALVITES, Elena, SCHIER, Paulo; SARLET, Ingo W. (Orgs). Anais da VIII Jornada da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia (2021). Volume I. Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2021, pp. 81-104.
28. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Direito Público das Startups: novos rumos para as parcerias administrativas contratuais entre o Estado e as entidades de inovação tecnológica. Direito administrativo:

novos paradigmas, tendências e realidade. Rodrigo Santos Neves, Rodrigo Reis Cyrino, Thiago Albani de Oliveira Galvêas (coordenadores). – Rio de Janeiro: CEEJ, 2021.

29. BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo e SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Exame da constitucionalidade dos gastos públicos com medicamentos sem eficácia científica comprovada: o uso da cloroquina e da hidroxicloroquina para o tratamento do coronavírus no Brasil. Direitos Fundamentais e Políticas Públicas. Organizadores Robinson Tramontina, Elda Coelho de Azevedo Bussinguer e Bruno Lorenzetto. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, pp. 265-294.
30. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Estado Constitucional transformado pela governança por standards e indicadores: estudo de caso no direito brasileiro à luz da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 669-DF. MORAIS, José Luiz Bolzan de (org.). Conexões Estado, Direito e Tecnologia. Vitória: FDV publicações, 2020, pp. 63-102.
31. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Inteligência do artigo 22 da Lei nº 13.655/2018: o necessário exame das dificuldades reais do gestor público e das circunstâncias práticas impositivas, limitadoras ou condicionadoras do agir estatal. Controle e responsabilização na administração pública: estudos em homenagem à José dos Santos Carvalho Filho. Alex Assis de Mendonça, Marcia Maria Porto e Emerson Moura (organizadores) Rio de Janeiro: Instituto de Direito Administrativo do Rio de Janeiro, 2020, pp. 35-55.
32. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A nova LINDB e sua incidência nas decisões administrativas de planejamento das parcerias público-privadas. Tratado das Parcerias Público-Privadas: teoria e prática. Bernardo Guimarães Strobel (coordenador). Centro de Estudos Empírico Jurídicos - CEEJ: Rio de Janeiro, 2019, tomo 10, pp. 75-85.
33. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A Lei anticorrupção e a análise dos atos lesivos no âmbito das parcerias da administração pública com o terceiro setor. Lei anticorrupção e Temas de Compliance. SOUZA, Jorge Munhós e QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de (org.). 2 ed, Salvador: *JusPodivm*, 2017, pp. 121-148.

34. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Por um novo direito municipal: o papel contemporâneo dos municípios diante da ordem econômica local. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de; FRAGA, Henrique Rocha (Coord.). Novas tendências do direito municipal contemporâneo. Belo Horizonte: Fórum, 2010, pp. 280-330.
35. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Responsabilidade civil do transportador rodoviário de passageiros à luz do novo código civil brasileiro. Responsabilidade civil empresarial e da administração pública. VIEIRA, Patricia Ribeiro Serra (coord.). Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2004, pp. 135-156.
36. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Aspectos jurídicos do controle exercido pelo CADE dos atos e contratos decorrentes de concentração empresarial para fins de participação em licitações. Direito Empresarial Público II. MARSHALL, Carla C. e GOMES, José Maria Machado (coord.). Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2004, pp. 355-368.
37. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A intervenção do Estado no domínio econômico à luz da jurisprudência. Direito Empresarial Público. SOUTO, Marcos Juruena Villela e MARSHALL, Carla C. (coord.). Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2002, pp. 45-88.
38. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Serviço Público: conceito, classificação e limites à gestão empresarial. Direito Empresarial Público. SOUTO, Marcos Juruena Villela e MARSHALL, Carla C. (coord.). Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2002, pp. 393-448.
39. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. O contrato de prestação de serviços: análise da possibilidade de adoção e distinção para a concessão. Direito Empresarial Público. SOUTO, Marcos Juruena Villela e MARSHALL, Carla C. (coord.). Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2002, pp. 703-754.

Artigos:

1. PEDRA, Adriano Sant'Ana; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. O dever fundamental das contratadas do Estado de preservarem o patrimônio público por meio de gerenciamento de riscos construtivos nas obras de barragens públicas a partir da aplicação de novas

tecnologias digitais. Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance – RDAI. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 10, nº 37, 2026, pp. 69-93.

2. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A contratação pública socialmente estratégica como instrumento de humanização do direito internacional: uma análise à luz do direito humano ao trabalho da pessoa presa a partir das «Regras de Nelson Mandela» e da Diretiva 2014/24/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho. Revista de Contratos Públicos do CEDIPRE - Centro de Estudos de Direito Público e Regulação. Coimbra: Almedina, nº 40, jan. 2026.
3. PEDRA, Adriano Sant'Ana; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de Sousa. O dever fundamental de sustentabilidade das startups nas contratações públicas. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura – RDAI, vol. 34/2025, pp. 161-184, Jul-Set/2025.
4. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Parcerias administrativas transnacionais com as *startups* para o desenvolvimento sustentável europeu: um exame de juridicidade na perspectiva do guia para a década digital da União Europeia. Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance. n. 30, ano 8, pp. 145-174. São Paulo: Ed. RT, jul./set. 2024.
5. PEDRA, Adriano Sant'Ana; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. O dever fundamental de proteção do patrimônio público, pelas *startups*, por meio da preservação de dados obtidos nas parcerias contratuais com o Estado. Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance**.** n. 28. ano 8. pp. 151-170. São Paulo: Ed. RT, jan./mar. 2024.
6. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Novos paradigmas para a atuação consultiva da advocacia pública. Revista da Procuradoria Geral Do Estado Do Espírito Santo, v. 17, 2023, pp. 161-176.
7. PEDRA, Adriano Sant'Ana; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Deveres fundamentais e novas tecnologias: contributos para uma teoria dos deveres fundamentais digitais. Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance. n. 25. ano 7. pp. 47-72. São Paulo: Ed. RT, abr./jun. 2023.

8. PEDRA, Adriano Sant'Ana e SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. O gerenciamento de riscos nos contratos públicos pelas pessoas jurídicas de direito privado e o dever fundamental de proteção do patrimônio público em tempos de Covid-19. Revista dos Tribunais**.** São Paulo: Revista dos Tribunais nº 1043, ano 111, set. 2022, pp. 17-36.
9. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Parcerias administrativas transnacionais com as *startups* para o desenvolvimento sustentável europeu: um exame de juridicidade na perspectiva do guia para a década digital da União Europeia. Temas de Integração. Coimbra: Almedina nº 42, ano 2022, pp. 83-125.
10. SOUSA, H. A. M. de; FABRIZ, D. C. A separação dos Poderes e o controle jurisdicional da transparência das Políticas Públicas de Enfretamento ao Coronavírus no Brasil: exame da constitucionalidade do julgamento do Supremo Tribunal Federal, na arguição de descumprimento de Preceito Fundamental nº 690-DF, que estabeleceu o conteúdo da publicidade das informações sobre a Covid-19. Revista Digital de Direito Administrativo, *[S. l.]*, v. 9, n. 1, p. 66-86, 2022. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/188206.
11. PEDRA, Adriano Sant'Ana; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Democracia participativa na perspectiva da participação administrativa: uma proposta de estrutura de governança público-privada das parcerias administrativas digitais entre o Estado e as *startups*. Interesse Público – IP, Belo Horizonte, ano 23, n. 130, pp. 229-253, nov./dez. 2021.
12. COURA, Alexandre de Castro; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. As tensões existentes entre constitucionalismo e democracia e suas repercussões na concretização de direitos fundamentais: estudo de caso à luz da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 669-DF. Interesse Público – IP, Belo Horizonte, ano 23, n. 129, pp. 135-159, set./out. 2021.
13. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Pragmatismo e consequencialismo jurídico em tempos de Coronavírus: exame do art. 20 da Lei nº 13.655/2018 e alguns reflexos na gestão e controle públicos. Interesse Público – IP, Belo Horizonte, ano 22, n. 122, p. 53-96, jul./ago. 2020. 1SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Novos

paradigmas para as decisões de gestão e controle públicos à luz da Lei nº 13.655/2018. Interesse Público – IP, Belo Horizonte, ano 21, n. 117, pp. 195-216, set./out. 2019.

14. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de e RODOR, Fernanda Medeiros e Ribeiro. Parcerias administrativas digitais para a inovação na gestão pública: uma proposta de marco regulatório operacional no âmbito do Estado. Interesse Público – IP. Belo Horizonte, ano XXI, nº 119, set/out. 2019, pp. 41-59.
15. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Regime jurídico do teletrabalho no serviço público: novos caminhos rumo à administração pública digital. Interesse Público – IP, Belo Horizonte, ano XXI, nº 113, pp. 83-100, jan./fev. 2019.
16. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de e RODOR, Fernanda Medeiros e Ribeiro. Direito Processual Administrativo Estadual, sua desmaterialização e relevância para a Administração Pública Digital. Revista da Procuradoria Geral Do Estado Do Espírito Santo, v. 16, 2019, pp. 143-157.
17. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de e SERPA, Lucas Fernando Dummer. Gestão de riscos nas empresas do Estado: limites, possibilidades e cautelas jurídicas para a contratação de seguro de responsabilidade civil para administradores das estatais. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, v. XVI, 2º sem/2019.

    SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A juridicidade da exigência de programa de integridade para participar de licitações e firmar contratos e outras parcerias com o Estado, publicado na Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, v. XV, 2º sem/2017.
18. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Serviços públicos *versus* atividades econômicas de transporte. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, v. XIV, 2º sem/2015.
19. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de e SOUSA, Diana Brandão Maia Mendes de. Como os serviços sociais autônomos vêm licitando a contratação de serviços intelectuais? Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP, Belo Horizonte, ano 13, nº 151, pp. 9-22, jul. 2014.

20. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A advocacia pública sustentável como pressuposto da efetivação do princípio da sustentabilidade na Administração Pública. Interesse Público – IP, Belo Horizonte, ano 15, nº 79, pp. 41-59, maio/jun. 2014.
21. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de e SOUSA, Diana Brandão Maia Mendes de. Alguns aspectos jurídicos controvertidos nas licitações promovidas pelos serviços sociais autônomos. Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP, Belo Horizonte, ano 13, nº 146, pp. 22-33, fev. 2014.
22. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Licitações para o desenvolvimento nacional sustentável: considerações sobre a aplicação das margens de preferências da Lei nº 12.349/2010 no âmbito da Administração Pública estadual. Interesse Público – IP, Belo Horizonte, ano 16, nº 83, pp. 133-152, jan./fev. 2014.
23. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Revisitando o regime jurídico dos serviços públicos municipais. Revista Brasileira de Direito Municipal – RBDM, Belo Horizonte, ano 15, nº 51, pp. 71-82, jan./mar. 2014.
24. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Delegações atípicas de serviços públicos: estudo de caso a respeito da transformação de concessão de serviço público de transporte municipal em estadual. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, v. XIII, 1º sem/2014.
25. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Fundamentos do direito econômico municipal. Revista Brasileira de Direito Municipal – RBDM. Belo Horizonte, ano 14, nº 48, p. 39-73, abr./jun. 2013.
26. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de; GIANORDOLI, Orlando de Oliveira. A Constituição de 1988 e o direito fundamental do preso à ressocialização: implicações pragmáticas, normativas e jurisprudenciais. Revista Fórum Trabalhista – RFT. Belo Horizonte, ano 15, nº 51, jul./ago. 2013, pp. 71-82.
27. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A prescrição no direito administrativo brasileiro e sua repercussão nos contratos da administração pública estadual. Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP, Belo Horizonte, ano 12, nº 134, pp. 41-47, fev. 2013.

28. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Novos rumos das parcerias do Estado para muito além da proposta economicamente mais vantajosa: a licitação, o contrato e o convênio como instrumentos do fomento ao desenvolvimento socioeconômico estadual e o exame da juridicidade da fixação, nos editais de licitações para obras e serviços, da absorção, pelos parceiros privados da administração pública, de mão de obra formada por adolescentes e jovens em situação de conflito com a lei. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo. v. XII, ano 2012, pp. 85-135.
29. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Parceria administrativa entre o Estado e o Município para o fomento às atividades produtivas rurais municipais. Revista da Procuradoria-Geral do Município de Vitória – v. 4, n. 1, ano 2012.
30. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Direito fundamental à privacidade *versus* direito fundamental à segurança nos serviços públicos: exame da juridicidade da instalação de câmeras filmadoras no interior dos ônibus utilizados na prestação dos serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, v. XI, ano 2011.
31. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A regulação jurídica da economia municipal: a intervenção do Município no mercado de trabalho local e a possibilidade de absorção de mão de obra de presos e egressos nas licitações, contratos e demais parcerias administrativas municipais visando à execução de obras e serviços. Revista da Procuradoria-Geral do Município de Vitória. Ano 1, v. 3, nº 1, ano 2011, pp. 17-37.
32. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Licitação, moralidade e boa-fé administrativa. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, v. XI, ano 2011.
33. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A função de fomento estadual do desporto: novos rumos para o direito administrativo desportivo. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, v. X, ano 2010.

34. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Regime jurídico das licitações no âmbito do Estado-membro. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, v. X, ano 2010.
35. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A licitação como instrumento da regulação jurídico-econômica no âmbito do Estado: exame da juridicidade da fixação, nos editais de licitações para obras e serviços, da absorção, pelos parceiros privados da Administração Pública, de mão de obra formada por presidiários. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, v. IX, ano 2010, pp. 179-244.
36. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Limites e possibilidades para a reserva de vagas nos concursos públicos para pessoas portadoras de deficiência: estudo de caso. Boletim de Recursos Humanos. Governet: Curitiba, nº 61, maio de 2010.
37. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Algumas reflexões concretas sobre o regime jurídico das fundações instituídas pelo Estado. Fórum Administrativo – Direito Público - FA, Belo Horizonte, ano 10, nº 107, pp. 19-35, jan. 2010.
38. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A obrigatoriedade do sistema de registro de preços para a Administração Pública. Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP, Belo Horizonte: Editora Fórum, ano 8, nº 96, pp. 36-43, dez. 2009.
39. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Considerações sobre o Regime Jurídico do estágio na Administração Pública após a Lei nº 11.788/2008. Fórum Administrativo: Direito Público. Belo Horizonte: Editora Forum, nº 102, agosto de 2009.
40. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Algumas aplicações do regime jurídico dos contratos de locação firmados pela Administração Pública. Boletim de Licitações e Contratos. Governet: Curitiba, nº 48, Abril de 2009.
41. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Limites e possibilidades para o exercício do poder regulamentar do administrador público. Boletim do Poder Legislativo. Governet: Curitiba, nº 42, outubro de 2008.
42. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Exame da constitucionalidade do art. 42 da Lei n. 8987/95 na redação dada pela Lei n. 11.445/07.

Boletim de Licitações e Contratos. Governet: Curitiba, nº 40, agosto de 2008.

43. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Novíssimas reflexões sobre a necessidade de advogado no processo disciplinar à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Fórum Administrativo: Direito Público. Belo Horizonte: Editora Fórum, nº 89, julho de 2008.
44. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Mutações dos contratos da administração pública: regime jurídico das alterações contratuais das concessões de serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros. Boletim de Licitações e Contratos. Governet: Curitiba, nº 37, maio de 2008.
45. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Novos rumos do processo administrativo: a indispensabilidade do advogado nos processos administrativos disciplinares. Boletim de Recursos Humanos. Governet: Curitiba, nº 35, março de 2008.
46. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A Regulação Jurídica do Transporte Rodoviário de Passageiros no Estado do Espírito Santo: Desafios e proposições. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, v. VI, ano 2007.
47. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Possibilidade de habilitação de licitante apesar de mera irregularidade. Revista de Administração Municipal do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, nº 261, janeiro/março de 2007.
48. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A Regulação Jurídica dos Serviços Públicos de Educação: Aspectos Contemporâneos da Municipalização do Ensino Fundamental. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, v. V, ano 2007.
49. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Cobrança Extemporânea de Dívida Ativa: reconhecimento de casos de prescrição. Revista de Administração Municipal do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, nº 260, outubro/dezembro de 2006.
50. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Direito Municipal e Vedação ao Nepotismo: Uma hipótese de conformação constitucionalmente possível. Boletim de Direito Municipal da Editora Nova Dimensão Jurídica – BDM/NDJ, nº 1, janeiro de 2006.

51. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Necessidade de Licitação para fornecimento de *software* para Autarquia Municipal. Revista de Administração Municipal do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, nº 256, novembro/dezembro de 2005.
52. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Contornos Jurídicos do Projeto Básico da Lei de Licitações. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, ano 2005, v. 4.
53. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Estrutura Jurídica dos Consórcios destinados às Contratações com o Poder Público. Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, nº 57/2004.
54. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Relações de Consumo e Instituições Bancárias: Atualidades. IOB - Informações Objetivas - Repertório de Jurisprudência nº 01/2003.
55. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Mandado de Segurança e Obtenção de Certidão para fins de Participação em Licitação. IOB - Informações Objetivas - Repertório de Jurisprudência nº 23/2001.
56. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. A Crise Energética Brasileira: Considerações Acerca da Possibilidade de Penalização das Empresas Construtoras de Usinas Produtoras de Energia por superação da Meta de Consumo. Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, nº 54, 2001.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS **5**
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS **9**
SOBRE O AUTOR **11**
OBRAS DO AUTOR **13**

INTRODUÇÃO **32**

CAPÍTULO 1. O ESTADO DIGITAL, REGULADOR-DESENVOLVIMENTISTA, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PROPULSIVA E A FUNÇÃO DE FOMENTO PÚBLICO **41**
1.1. O regime jurídico do fomento público para o desenvolvimento científico, tecnológico, inovador e digital 44
1.2. O fomento público à ciência, à tecnologia, à inovação e à digitalização: perspectiva funcional-substancial 49
1.2.1. Fundamentos, objetivos, direitos e deveres humanos e fundamentais, clássicos e digitais: algumas conexões à atividade fomentadora estatal 66
1.2.2. Consenso e cooperação no federalismo digital para o desenvolvimento sustentável multidimensional 83
1.2.3. Planejamento para o fomento visando ao desenvolvimento sustentável multidimensional 95

CAPÍTULO 2. O FOMENTO PÚBLICO À CIÊNCIA, À TECNOLOGIA, À INOVAÇÃO E À DIGITALIZAÇÃO: PERSPECTIVA ESTRUTURAL-INSTITUCIONAL **122**
2.1. O marco jurídico constitucional e infraconstitucional para o fomento público à ciência, à tecnologia, à inovação e à digitalização: as estruturas estimulativas estatais 123
2.2. As estruturas jurídicas despersonalizadas para o fomento público à ciência, à tecnologia, à inovação e à digitalização: os órgãos de fomento 126
2.3. As estruturas jurídicas personalizadas para o fomento público à ciência, à tecnologia, à inovação e à digitalização: as entidades de fomento 130
2.4. As fundações de amparo à pesquisa e à inovação 145
2.4.1. O regime jurídico-administrativo das fundações de amparo à pesquisa e à inovação 146

2.4.2. A adoção da lógica de autonomia jurídica reforçada das agências reguladoras pelas fundações de amparo à pesquisa e à inovação 154

CAPÍTULO 3. O MARCO JURÍDICO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL PARA O FOMENTO PÚBLICO À CIÊNCIA, À TECNOLOGIA, À INOVAÇÃO E À DIGITALIZAÇÃO: OS INSTRUMENTOS ESTIMULATIVOS ESTATAIS 163
3.1. Os instrumentos estimulativos de fomento previstos na Constituição brasileira de 1988 163
3.2. As cautelas jurídico-financeiras e orçamentárias para os estímulos públicos 172
3.3. Os instrumentos estimulativos específicos no contexto das fundações de amparo à pesquisa e à inovação..... 184
3.4. O fomento público ao desenvolvimento científico, tecnológico, inovador e digital: complexidades, desafios e algumas proposições..... 209

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 221
REFERÊNCIAS 229